

O processo de ensino aprendizagem da criança com deficiência intelectual em uma Escola Municipal Rural de São Bento do Una-PE

DOI 10.29327/235555.1.3-7

Beatriz Silva de Macena 1
Sirlene Vieira de Souza 2

RESUMO

A deficiência intelectual sempre provocou nas instituições debates a respeito das possibilidades e eficiência do processo de ensino aprendizagem. Seguindo essa linha de raciocínio, surgiu o interesse em pesquisar quais os desafios e as possibilidades no processo de ensino aprendizagem de uma criança com deficiência intelectual em uma Escola Municipal Rural do Município de São Bento do Una. A metodologia utilizada para a elaboração dessa pesquisa é qualitativa e de campo, os instrumentos utilizados foram o diário de bordo e a entrevista estruturada, com a análise de conteúdo e a interpretativa. Os sujeitos da pesquisa foram uma professora e uma criança com deficiência intelectual. Objetivou analisar o processo de ensino-aprendizagem de uma criança com deficiência intelectual. Contudo, se faz fundamental mais investimentos nos âmbitos educacionais, como também nas formações continuadas, ofertadas aos professores, com o intuito dos mesmos adquirirem mais conhecimentos e mais confiança em sua prática.

Palavras-chave: Ensino Aprendizagem;
Deficiência Intelectual; Práticas pedagógicas.

Introdução

Deficiência, de acordo com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, diz respeito às barreiras de natureza mental, física, sensorial ou intelectual, barreiras essas que podem ser quebradas, garantindo sua participação ativa na sociedade, por meio do convívio. A deficiência intelectual, segundo a Associação Americana de Retardo Mental, é entendida como limitações, que são caracterizadas por meio do comportamento adaptativo, funcionamento intelectual, que são

evidentes nas habilidades conceituais, práticas, adaptativas e sociais, reveladas antes da pessoa completar dezoito anos (AAMR, 2006). As pessoas com essa deficiência demonstram delimitações em algumas das suas capacidades mentais,

¹ Beatriz Silva de Macena Graduada em Pedagogia pela Universidade Pernambuco – Campus Garanhuns. E-mail: beatriz.silvamacena@upe.br.

² Sirlene Vieira de Souza Professora Assistente da Universidade Pernambuco – Campus Garanhuns. Doutoranda em Educação – PPGE/UFAL E-mail: sirlene.vieira@upe.br.

apresentam dificuldades em compreender, andar, obedecer às regras, estabelecer relações sociais, resolver problemas, construir planejamentos, resolver algumas atividades do seu cotidiano, entre outras (Ricardo Ampudia, 2011).

A deficiência intelectual sempre provocou nas instituições de ensino superior, nas universidades, debates a respeito das possibilidades e eficiência do processo de ensino aprendizagem, seguindo essa linha de raciocínio, surgiu o interesse em pesquisar quais os desafios e as possibilidades no processo de ensino aprendizagem de uma criança com deficiência intelectual em uma Escola Municipal Rural do Município de São Bento do Una. Sabendo que para esse estudante adquirir o conhecimento serão necessárias mudanças de condutas e práticas dos profissionais da educação.

O interesse pela área se deu através da vivência em estágio não obrigatório em uma escola de ensino fundamental na rede pública, localizada na Zona Rural do Município de São Bento do Una-PE, onde uma criança com deficiência intelectual com sua professora foi participante desse estudo.

Os desafios e as dificuldades enfrentadas na educação especial são as fixações de programas de apoio pedagógico, práticas de alfabetização e ações de intervenções pedagógicas que visam oferecer uma educação de qualidade e com as sistematizações de escolas que acolham e atendam a todos os estudantes, com deficiência ou sem, não havendo nenhum tipo de discriminação fazendo com que reconheçam e identifiquem as diferenças como elemento principal do desenvolvimento educacional. As crianças com deficiência intelectual necessitam de práticas diferenciadas para estarem incluídas com os demais alunos inseridos na classe, ou seja, o educador precisa estar em permanente processo de autoformação, em busca de conhecimentos que possam lhe auxiliar no trabalho com todas as crianças (PAULA 2013).

A aprendizagem relaciona-se a um processo complexo, onde pode se incluir muitos fatores, como: estudantes, docentes, escola, família, conceitos teóricos, flexibilização curricular, comunidade, entre outros. Vygotsky (1989) em sua teoria enfatiza o papel da aprendizagem no desenvolvimento do ser humano, valorizando a escola, o homem, e a intervenção pedagógica sempre permeados pelas mediações sociais.

De acordo com as Políticas Educacionais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 1961), a Lei no 7.853/89³, e a Convenção da pessoa com deficiência (2007), pode-se observar que as instituições se preparam para receber e enfrentar os diversos desafios para ofertar uma educação de qualidade para todos os estudantes. Cada estudante apresenta característica própria, é um ser único, formando uma diversidade de ritmos e interesses de aprendizagens, é preciso dessa forma criar contextos que envolva toda comunidade escolar para que consigam engajar novos desafios em suas práticas e lidar com as diferenças que os alunos trazem consigo, através de suas especificidades e potencialidades.

O êxito da inclusão escolar é um conjunto que vai desde a comunidade, setor pedagógico ao administrativo. O professor junto da equipe gestora deve ser instruído e hábil para adaptar suas metodologias, suas técnicas de ensino, visando atender as situações de ensino- aprendizagem para seus diversos alunos “uma política de formação de professores é um dos pilares para a construção da inclusão escolar, pois a mudança requer um potencial instalado, e, termos de recursos humanos, em condições de trabalho para que possa ser posta em prática”, (MENDES, 2004, P.227). A contribuição da família é de grande importância no processo educacional da criança, é indispensável que a família estimule a prática das atividades vivenciadas no setor escolar, como também, precisa ser orientada e estimulada a contribuir de forma positiva no desenvolvimento da criança.

A inclusão pode ser considerada como eixo central no decorrer da vida do ser humano com deficiência, dessa forma, os profissionais do setor educacional devem estar preparados e sempre em busca de novos conhecimentos para dar suporte aos estudantes que precisarem.

Como problema de pesquisa trago o seguinte questionamento: Quais as metodologias utilizadas pelos docentes que contribuem no processo de ensino- aprendizagem de uma criança com deficiência intelectual em turma de 2o ano do ensino fundamental, da Escola Rural do Município de São Bento do Una-Pe?

A metodologia utilizada para elaboração dessa pesquisa é qualitativa e de campo, o objetivo geral foi analisar o processo de ensino- aprendizagem da criança com deficiência intelectual.

³ Lei no 7.853/89 - Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.

Atendimento da pessoa com deficiência intelectual

É possível compreender, por meio das modificações de terminologias utilizadas ao longo do tempo histórico-cultural e até mesmo a atualidade, a definição de Deficiência Intelectual, assim como novas capacidades, conforme expressada por Morato e Santos (2012), que nos dias atuais se encontra uma apreensão com o que diz respeito a pessoas com deficiências intelectuais, especialmente no que diz as suas possibilidades de desenvolvimento e aprendizagem. Acreditar nessas pessoas demonstra uma mudança de visão que ao longo de muito tempo o classificou como incompetente e incapaz de relacionar-se com a sociedade.

A educação especial só começou a ser debatida no Brasil na década de 1970, “[...] tornando – se a preocupação dos governos com a criação de instituições públicas e privadas, órgãos normativos federais e estaduais e de classes especiais” (ROGALSKI, 2010, p. 2). Segundo a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, em 1973 o MEC cria o “Centro Nacional de Educação Especial- CENESP, responsável pela gerência da educação especial no Brasil, o qual conduziu ações educacionais propícia a pessoas com deficiência e superdotação, em 1975 a Declaração dos Direitos das pessoas com Deficiência (ONU), utilizada com base comum de referência para a proteção dos direitos das pessoas com deficiência.

No período de 1980 um novo paradigma se destaca. Esse paradigma baseia-se na inclusão, a qual visa incluir o estudante com deficiência dentro do setor educacional, assim as escolas recebem as crianças com deficiência, garantindo o seu acesso e permanência (ARANHA, 2001). Logo depois em 1988 a Constituição Federal do Brasil, promovendo o bem-estar de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e qualquer outra forma de discriminação. Em 1994 surgiu a Declaração de Salamanca, um documento de grande importância para a proposta de educação no Brasil, ano esse que se tornou oficialmente a obrigatoriedade das instituições acolherem todas as crianças com ou sem deficiência (MENEZES, 2001). Na medida em que o tempo foi passando o homem foi conquistando seus direitos e sua igualdade, a percepção com relação às pessoas com deficiência foi se

reformulando, o abandono cedeu lugar a novas concepções, vem para reforçar o direito da pessoa com deficiência.

De acordo com Fernanda Fernades (2020), durante muito tempo as pessoas com deficiência eram nomeadas por terminologias, doente mental, doidinho, perturbado do juízo, anormal, retardado mental, débil, ficando à margem dos demais grupos sociais, os grupos educativos, de lazer, religiosos, mas, com as políticas, a Convenção Internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência intelectual (2006), Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), voltadas para atender as crianças com deficiência, essa visão foi sendo transformada.

Segundo Frias (2008) as instituições devem ter propriedade e conhecimentos das políticas e leis em relação a inclusão, como também da obrigatoriedade do direito que as crianças com deficiência têm. Portanto, as escolas deveriam ser atualizadas, como deixa claro na legislação Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, (2001) Resolução CNE/ CEB no 2/2001, sobre inclusão escolar, tendo conhecimento dos direitos oportunos aos estudantes com deficiência, procurando ofertar atendimentos de qualidade, profissionais bem qualificados e setores ambientais confortáveis. Principalmente, para as crianças com deficiência intelectual a dedicação e o desempenho na procura por práticas de ensino que despertem o interesse e suas habilidades.

Mesmo sabendo da resistência que a sociedade tem em incluir as crianças com deficiência nos espaços educacionais e sociais, o Decreto No 6.949. de 25 de agosto de 2009⁴ favorece um processo inclusivo em todas as situações. E tem-se por objetivo a participação ativa dos indivíduos com deficiência nas sociedades, para que esse objetivo seja realizado é necessário a construção de instituições qualificadas e competentes capazes de ofertar o processo de ensino aprendizagem e de desenvolvimento integral de todos que se fazem presente.

No artigo 205, da Constituição Federal do Brasil (1988) enfatiza a educação como um direito de todos, deixando claro que é dever do Estado ofertar às crianças com deficiência o Atendimento Educacional Especializado (AEE) que tem como

⁴ decreto No 6.949. de 25 de agosto de 2009 - Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

missão ofertar para os estudantes uma educação de qualidade no ensino regular, um trabalho da educação especial que almeja “[...] identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (SEESP/SEED/MEC, P.17, 2010).

O AEE pode ser considerado como atendimento especializado, o qual, é ofertado no contraturno, sendo complementar ou suplementar no desenvolvimento do aluno, objetivando desenvolver a independência dentro e fora da escola e a autonomia, nesse ambiente as atividades que são desenvolvidas são diferenciadas das produzidas na sala de aula do ensino regular. (SEESP/SEED/MEC, 2010) O Decreto no 7.611, de 17 de novembro de 2011. Art. 3º, destaca os objetivos do Atendimento Educacional Especializado, sendo eles:

I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes; II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular; III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino.

As crianças com deficiência apresentam singularidades que já são de características delas, há nelas potencialidades produtivas, criativas que precisam ser exploradas no ambiente educacional, pois as limitações que elas carregam em si poderão ser ultrapassadas pelos estímulos dos educadores na sala de aula. O Atendimento Educacional Especializado para Alunos com Deficiência Intelectual, de acordo com Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar, (2010):

“O trabalho do professor de atendimento educacional especializado voltado para o aluno com deficiência intelectual se caracteriza essencialmente pela realização de ações específicas sobre os mecanismos de aprendizagem e desenvolvimento desses alunos. O AEE se realiza essencialmente na sala de recursos multifuncionais” (p.8)

Diante disso é importante que o professor considere os diversos aspectos: cultural, características motoras, psíquicas, pessoais, sensoriais, história de vida de cada aluno, o meio que ele é inserido, particularidades, a fim de dá um suporte de qualidade e que possa satisfazer da melhor forma possível a atenção que merecem. Neste caso, para um melhor funcionamento e desenvolvimento da aprendizagem das pessoas com deficiência é indispensável que se tenha disponibilidade emocional

e cognitiva, uma vez que é um elemento fundamental para que dessa forma ocorra uma relação, convívio com os demais alunos, aprendendo assim a interagir em grupos, socializar e compreender os valores, regras e comportamentos uns dos outros. Segunda a Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar, o Atendimento Educacional Especializado para Alunos com Deficiência Intelectual (2010):

“O professor do atendimento educacional especializado deve propor atividades que contribuam para a aprendizagem de conceitos, além de propor situações vivenciais que possibilitem esse aluno organizar o seu pensamento. Esse atendimento deve se fundamentar em situações-problema, que exijam que o aluno utilize seu raciocínio para a resolução de um determinado problema” (p. 8).

O termo Educação Inclusiva, desde o seu início vem sendo utilizado para caracterizar uma educação diferenciada, que percorre lado a lado junto da educação geral, cujo o aluno que for diagnosticado com qualquer deficiência, não será mais encaminhado para uma escola considerada “escolas para pessoas especiais”, mas para a educação geral e básica, que tem como algumas responsabilidades propor ao educando ambientes educativos, que proporcionem desenvolvimento, que facilite a aprendizagem de conteúdo específicos para cada nível educacional que a criança se encontra (PAULA, 2013).

A formação docente no contexto de inclusão

A formação docente inicial possui uma duração média de quatro anos, esse tempo é insuficiente para conseguir abarcar detalhadamente todos os conceitos e práticas pedagógicas, dessa forma é também de responsabilidade do docente buscar novos conhecimentos, finalizar uma graduação não garante boas práticas e domínio teórico da área. (PAULA, 2013). A realidade atual mudou, o profissional deve ter consciência que se aperfeiçoará e se desenvolverá no seu dia a dia nas salas de aula. Segundo Snyders, (1990, p.48) “O professor não deve se abster de estudar, o prazer pelo estudo e a leitura deve ser evidente, senão não irá conseguir passar esse gosto para seus alunos”.

São inúmeros os desafios que os docentes enfrentam em sua carreira profissional, porém, está em busca de novos conhecimentos e desenvolvendo novas práticas pedagógicas é fator principal da formação de um professor. Uma vez que a graduação é essencial para a carreira profissional do docente, mas, ela por si só não é suficiente. O professor adquire suas principais experiências no setor educacional,

através de suas vivências, como também, refletindo sobre suas práticas desenvolvidas na escola.

Nas palavras de Nóvoa (1997) “[...] A troca de experiência e a partilha de saberes consolidam espaços de formação mútua, nos quais cada professor é chamado a desempenhar, simultaneamente, o papel de formador e de formando” (p. 26). O trabalho desenvolvido em conjunto é considerado referência no setor educacional.

Os profissionais da educação devem adotar a prática de autoavaliação a cada aula ministrada, rever quais os pontos podem ser considerados positivos e negativos, “É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática” (Freire, 1996, p.48).

Compreende-se essa necessidade do docente está sempre em busca de novos conhecimentos, e se aperfeiçoando, com o intuito de ofertar um ensino de qualidade que auxilie a todos os estudantes em sua formação. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394 /96:

Art.61. A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidade de ensino e às características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos: I – A associação entre teoria e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço; II – Aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino outras atividades (LDB, 1996)

Com a formação continuada o professor tem a oportunidade de se especializar, além de dar o suporte necessário às crianças com as suas especificidades, auxilia no trabalho colaborativo junto à escola, família e comunidade, participa das modificações e adaptações do projeto político pedagógico da instituição. (OLIVEIRA, 2017).

Seguindo essa linha de raciocínio, é comum ouvir dos professores, “que não foram capacitados para trabalhar com crianças com deficiência, que não sabem”, são inúmeras as dúvidas e as inseguranças que esses profissionais têm, a equipe gestora chega a falar que a escola não tem estrutura para receber essas crianças. Devido a isso que se deve romper com as barreiras que se encontram quando se fala sobre a inclusão. Mantoan (2006, p. 15) diz que: “A escola não pode continuar ignorando o que acontece ao seu redor. Não pode continuar anulando e marginalizando as diferenças – culturais, sociais, étnicas, nos processos pelos quais formam e instrui os alunos”.

Para que haja a inclusão, é necessário que ocorram mudanças, tanto no currículo, quanto na instituição, em especial na visão dos indivíduos, uma modificação da mentalidade, resgatando o respeito que todas as pessoas têm. Pode-se concluir que a inclusão vai além de inserir o estudante com deficiência em uma sala de aula, em todos os setores esse indivíduo tem os mesmos direitos e deveres que todos os cidadãos têm. Mantoan, (2006) “[...] prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de ensino regular” (p.19), e receberem o auxílio necessário, com as devidas adaptações, sejam elas nas atividades ou no setor escolar como um todo.

A instituição de ensino é capaz de romper com os obstáculos dentro desse ambiente, a partir do momento que ela decide refletir a respeito das barreiras enfrentadas ao lidar com estudantes com deficiência, procurando parcerias para solução desses obstáculos, incluindo a comunidade escolar. Para Serra,

[...] promover a inclusão de deficientes significa, sobretudo, uma mudança de postura e de olhar acerca da deficiência. Implica quebra de paradigmas, reformulação do nosso sistema de ensino para a conquista de uma educação de qualidade, na qual o acesso, o atendimento adequado e a permanência sejam garantidos a todos os alunos, independentemente de suas diferenças e necessidades (2006, p.33).

Mediante essas situações, proporcionar a prática inclusiva necessita da dedicação e esforço do professor, com o seu compromisso em ofertar uma boa qualidade de educação inclusiva, como também da colaboração de toda a equipe pedagógica (PAULA, 2013).

Segundo Tédde (2012), a inclusão busca assegurar uma educação de excelente qualidade para os estudantes com deficiência intelectual matriculados na educação regular; para que isso aconteça é importante que os educadores mudem suas formas de pensar, e de atuar. A formação do professor tem grande importância, suas competências e habilidades auxiliam no processo de desenvolvimento do estudante, mas, o profissional da educação precisa estar preparado para trabalhar com a diversidade e os desafios que irão surgir na educação, principalmente no processo de inclusão, pois, as turmas não são homogêneas, dessa maneira, cabe ao professor buscar recursos e tomar conhecimento das singularidades de cada um dos seus alunos, para ofertar de

maneira correta meios que possam ser caminhos no processo de ensino aprendizagem. Professores com potencial de desenvolverem novas metodologias, estratégias e adaptarem matérias de ensino para oferecer uma educação de qualidade às crianças com deficiência intelectual é um ponto de grande importância, são desses docentes que a instituição da contemporaneidade precisa, que eles sempre estejam em busca de informação. Participando de formações continuadas, assim o ensino ofertado a essas crianças poderá avançar para um ensino de mais qualidade, todas instituições necessitam desses profissionais, independente se tenham alunos com deficiência ou não em sala de aula.

Método da pesquisa

A metodologia adotada para essa pesquisa foi de caráter qualitativo, quanto aos recursos de investigação, foi decidido realizar uma pesquisa de campo. Para Vernaga “investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo. Pode incluir entrevistas, aplicação de questionários, testes e observação participante ou não” (2009, p. 43).

Os procedimentos qualitativos nas palavras de Creswell “[...] Se baseiam em dados de textos e imagens, têm passos únicos na análise de dados e usam estratégias diversas de investigação” (2007, P. 184-188).

A pesquisa qualitativa de modo geral, não busca listar ou calcular fatos, normalmente, não é utilizado instrumento estatístico para se analisar os elementos da pesquisa. Seu ponto de interesse é extenso, fazendo parte dessa pesquisa uma análise descritiva das informações, através do contato direto e participativo do sujeito pesquisador com o seu objeto de estudo. (Denzin e Lincoln, 2006).

O estudo foi desenvolvido mediante algumas pesquisas bibliográfica (Vygotzky 1989; Mendes 2004; Rogalski 2010; Tédde 2012; Morato e Santos 2012; Snyders,1990; Nóvoa 1997; Freire 1996; Mantoan 2006; Serra 2006; Aranha 2003), entre outros, elaboraram estudos e pesquisa no que condiz com o presente estudo.

INSTRUMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DOS DADOS

Como instrumento de pesquisa foi feito diário de bordo, para um resgate de memórias, para a elaboração do presente artigo. Devido a situação atual que nos

encontramos, a pandemia nos limitou a ir ao campo, para isso se fez necessário parar um pouco e pensar nas diversas situações vivenciadas no âmbito educacional, fazendo dessa forma um resgate de memória entre os meses de março a setembro do ano de 2019. A prática de escrita de diário de bordo vem sendo exposta como uma ferramenta de grande importância na formação de professores, nas palavras de Alves “O diário pode ser considerado como um registro de experiências pessoais e observações passadas, em que o sujeito que escreve inclui interpretações, opiniões, sentimentos e pensamentos, sob uma forma espontânea de escrita, com a intenção usual de falar de si mesmo” (2001, p. 224).

Foi necessário a utilização de entrevista estruturada, Marconi e Lakatos (2007) apontam e definem diferentes tipos de entrevistas, entre elas a estruturada, que se realiza conforme um formulário, guia, organizado sendo efetuado de acordo com a preferência do entrevistador, a mesma me favoreceu coletar dados referentes às práticas e o dia a dia da professora. O empenho realizado para a coleta de dados foi através de observações diretas, análises documentais e entrevista estruturada.

Descrição do campo

A instituição pública Municipal, localizada na zona rural, era bem organizada, tinha rampas de acessibilidade, biblioteca, quadra poliesportiva, banheiros com e sem acessibilidade, sala de vídeo, refeitório, laboratório de informática e sala de música. As salas de aula estavam bem ornamentadas, dando ênfase a sala do 2o ano do Ensino Fundamental, a mesma tinha: sequência numérica, calendário, cantinho da leitura, alfabeto ilustrado, combinados e lousa branca.

A turma estava organizada em filas, colocando nas bancas da frente as crianças que tinham algumas dificuldades, nas bancas de trás as crianças que tinham mais facilidade em absorver as informações, João⁵, o estudante com deficiência, ficava sentado ao final de uma das filas. Sempre que possível ia na banca dele e auxiliava em algumas das atividades, mas, a maioria do tempo ficava ajudando outras crianças a pedido da professora. Seguindo esse ritmo do cotidiano da sala de aula, acompanhamos João, a professora regente e eu como auxiliar, trabalhamos juntas durante um ano e três meses.

⁵ João. Nome fictício atribuído ao sujeito objeto de estudo

Descrição dos sujeitos (professor-estudante)

A docente que atuava no 2o ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal Rural do Município de São Bento do Una-Pe tem formação para Licenciatura em Pedagogia com especialização em Psicopedagogia, ambas das formações foram cursadas através do Programa Especial de Graduação em Pedagogia (Progrape) pela Faculdade de Formação de Professores de Garanhuns. A mesma é efetiva no Município que trabalha.

O estudante tinha 7 anos, com deficiência intelectual moderado⁶, com dificuldades ao falar e andar. Apresentando significativo comprometimento do comportamento e Epilepsia focal. O mesmo iniciou sua jornada estudantil aos 4 anos de idade em uma Creche do Município, indo para a Escola Municipal aos 6 anos. No início do 1o ano o estudante viajou para morar no interior, não sendo matriculado em outra instituição durante o tempo que ficou fora. Retornando para o Município no ano de 2019, com isso voltou a frequentar a unidade de ensino. Morando com os pais, filho único, de família simples e humilde.

PROCEDIMENTO PARA A ANÁLISE DOS DADOS

Para realização da análise foi escolhido elementos da análise de conteúdo que Segundo Bardin (1977) pode ser definida como,

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (p. 42).

A análise de conteúdo é um método muito utilizado para analisar as diversas comunicações, sendo entrevistas ou observações feitas pelo pesquisador. Para a execução do método é fundamental a elaboração de categorias referentes ao objeto de pesquisa.

Para dar conta da especificidade dos dados disponíveis, dois procedimentos fizeram necessários, de tipo análise do conteúdo e interpretativa. Segundo Severino (2002) a análise interpretativa tem como intuito procurar o significado da pesquisa com relação à disciplina ou mesmo as áreas de conhecimento.

⁶ Deficiência intelectual moderado, segundo a Associação Americana de Retardo Mental, é entendida como limitações, que são caracterizadas por meio do comportamento adaptativo, funcionamento intelectual, que são evidentes nas habilidades conceituais, práticas, adaptativas e sociais, reveladas antes da pessoa completar dezoito anos (AAMR, 2006).

No diário de bordo fez se necessário o uso da análise interpretativa, já na entrevista foi utilizado a análise de conteúdo.

Exposição e análise dos dados

Foi necessária a construção do diário de bordo, para a elaboração dos seguintes episódios, os mesmos estão organizados por acontecimentos e datas, tendo como objetivo descrever acontecimentos considerados importantes dentro do setor educacional.

1º - EPISÓDIO 20-03-2019 – APLICAÇÃO DE SEQUÊNCIA DIDÁTICA

Aula do dia 20-03-2019 (quarta-feira) de início a professora fez a leitura e uma brincadeira com todos os estudantes, logo em seguida entregou para as crianças uma sequência de matemática, formou pequenos grupos de quatro estudantes, com a ajuda dos estudantes fez a leitura e foi auxiliando na resolução das questões, João recebeu a sequência, mas, não estava acompanhando a turma, ficou fazendo apenas alguns rabiscos, enquanto o restante do seu grupo seguia com a atividade. Percebendo que a professora passava pelo mesmo e não falava nada, troca apenas algumas palavras com os demais estudantes, peguei o material dourado, sentei ao lado da criança, e aos poucos fomos realizando as operações, João sentiu muita dificuldade na contagem dos bloquinhos e quase desistiu, a turma finalizou a atividade e eu continuei com ele. Os estudantes iniciaram uma outra atividade, João deu continuidade a sequência de matemática, durante esse tempo, a professora não procurou saber se o estudante tinha finalizado a atividade, ao finalizarmos ele se direcionou ao refeitório, logo depois para o intervalo. Ao retornarmos para sala de aula, foi proposto para os estudantes uma atividade de ciências, para João foi entregue um livro “Coleção Tic-Tac” o mesmo aborda as disciplinas: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Geografia e História, é destinado a estudantes da Educação Infantil I, o assunto era seres vivos, no livro entregue a João, trabalhemos “nosso corpo” as atividades eram de pontilhado, a professora regente deu uma breve explicação e logo em seguida realizaram o exercício, João terminou o pontilhado e foi colorir.

2º - EPISÓDIO 08-04-2019 – DITADO ESTOURADO DA MULTIPLICAÇÃO

Aula do dia 08-04-2019 (segunda-feira) como de costume foi feito em sala de aula a leitura deleite acompanhado de uma brincadeira, logo em seguida foi proposto que os estudantes se organizassem e se direcionassem para sala de vídeo, onde houve uma palestra e aplicação de flúor com o dentista do PSF da comunidade. Ao término desse momento as crianças se direcionaram para o refeitório em seguida para o intervalo. Quando retornaram para sala de aula, que se acalmaram, a professora explicou que iriam trabalhar com um ditado estourado, ao verem as bexigas, as crianças conversavam muito. Terminando de colar as bexigas na lousa, a professora foi chamando um a um para ir até a lousa estourar um balão e resolver a operação. João ficou muito ansioso para participar da aula, quando todos os estudantes participaram foi que a professora chamou João, ele foi até o quadro estourou um balão, foi aplaudido pelo restante da turma, voltou e sentou-se todo feliz. Em nenhum momento a professora entreviu, nem lhe explicou nada.

3º - EPISÓDIO 05-06-2019 - PROJETO DE ESPORTES

A aula foi iniciada no dia 05-06-2019 (quarta-feira) a professora regente conversou com todas as crianças em sala de aula, explicou para elas que iríamos para quadra esportiva, na qual foi realizado um projeto de esportes. O objetivo do projeto foi desenvolver a noção de lateralidade das crianças. A aula foi iniciada, todas as crianças participavam das atividades propostas pela docente, as crianças formaram filas para realizarem as brincadeiras, e sempre que se aproximavam de João entravam na frente dele, ele muito inocente não fazia questão. Depois que percebi essa prática, me aproximei e não deixei mais que isso acontecesse. João, sentiu muita dificuldade nas atividades, mais alguns dos coleguinhas quando perceberam lhe ajudaram. Retornando para sala foi proposto uma atividade escrita, todos os estudantes realizaram a mesma e João pintou apenas um desenho.

4º - EPISÓDIO -23-08-2019 CAIXINHA DOS GÊNEROS

Aula do dia 23-08-2019 (sexta-feira), devido as demandas de sequências didáticas (Linguagens) que os estudantes vinham realizando a professora confeccionou uma caixa e na mesma tinha diversos

textos com diferentes gêneros textuais, foi solicitado que as crianças ficassem em pé em forma de círculo, a caixinha ia passando de mão em mão, uma música tocava, quando a música parasse quem estivesse com a caixinha tinha como missão abrir, pegar um textinho ler e dizer a qual gênero pertence. Todos os estudantes participaram, alguns sentiam um pouco de dificuldade em relação ao gênero, e outros desenrolavam tranquilamente, na vez de João, ele abriu a caixa pegou um texto, contou uma história aleatório, os garotos falavam que ele estava lendo errado, professora aplaudi-o, ele ficou muito feliz, esse foi o assunto da aula, as crianças comentavam a todo instante, se esperava um posicionamento da professora naquele momento, em explicar para o estudante qual o tipo de gênero ele estava com ele, e qual a sua finalidade.

5º - EPISÓDIO – 03-09-2019 SORTEIO PARA A LEITURA DELEITE – PREPARAÇÃO PARA CONCURSO LEITURA LEGAL

Aula do dia 03-09-2019 (terça-feira), ao adentrarem em sala de aula foi proposto aos estudantes que se sentassem em círculo no chão, um dia antes foi entregue para eles textos, para realizassem a leitura em casa, pois, no dia seguinte um dos estudantes iria ser sorteado para fazer a leitura deleite na sala. Assim aconteceu, em círculos a garota fez a leitura para seus colegas, ao voltarem para suas bancas foi escrito uma atividade na lousa para todos copiarem, a João foi entregue o livro coleção tictac, ele ficou rabiscando a aula toda, não pude ir auxiliar ele pois a professora me pediu para que realizássemos leituras com as crianças. Sabendo que o concurso leitura legal se aproximava, tínhamos como missão treinar a leitura das crianças para quando fossem a cidade competir com as outras crianças dos outros municípios se saíssem bem e pudessem ser classificadas. O Concurso legal é um concurso que acontece em São Bento do Una, todas as crianças dos municípios vizinhos participam do mesmo. Vence quem faz a melhor leitura. Nessa semana foi corrido na sala de aula, as atividades que mais foram realizadas foram na lousa para que pudéssemos trabalhar cada vez mais a leitura em sala de aula, infelizmente nesse período João não recebeu nenhum tipo de intervenção, apenas rabiscou bastante seu caderno.

CATEGORIZAÇÃO DOS DADOS DO DIÁRIO DE BORDO

EPISÓDIOS	ACONTECIMENTOS IMPORTANTES	POSSÍVEIS INTERVENÇÕES NECESSÁRIAS
1º- Episódio: Aplicação de sequência didática	João recebeu a sequência, mas, não estava acompanhando a turma, ficou fazendo apenas alguns rabiscos, enquanto o restante do seu grupo seguia com a atividade.	Estratégias de ensino, fazendo o uso de diversas metodologias, que beneficiem a aprendizagem dos estudantes com deficiência.
2º-Episódio: Ditado estourado da multiplicação	João, ficou muito ansioso para participar da aula, quando todos os estudantes participaram foi que a professora chamou João.	Quebrar as barreiras, que impossibilitam a participação do outro, incluindo os estudantes nas atividades. Explicando que todos são merecedores de seus direitos e deveres, e devem usufruir das mesmas práticas em sala de aula
3º-Episódio: Projeto de esportes	Retornando para sala foi proposto uma atividade escrita, todos os estudantes realizaram a mesma e João pintou apenas um desenho.	Apoio do setor pedagógico, e da coordenação da instituição, trabalho em equipe
4º -Episódio: Caixinha dos gêneros	João, ele abriu a caixa pegou um texto, contou uma história aleatória, os garotos falavam que ele estava lendo errado. Não tendo nenhuma intervenção da docente.	Uma breve explicação ou intervenção da professora para explicar a turma que não se pode rir de ninguém, deve-se respeitar o outro.
5º -Episódio: sorteio para a leitura deleite – Preparação	Sabendo que o concurso leitura legal se aproximava, tínhamos	Sala de Apoio Pedagógico Especializado, para dar um

para concurso leitura legal	como missão treinar a leitura das crianças para quando fossem a cidade competir com as outras crianças dos outros municípios se saíssem bem e pudessem ser classificadas. a João foi entre o livro coleção tic-tac, ele ficou rabiscando a aula toda.	suporte quando necessário.
-----------------------------	---	----------------------------

ANÁLISE

Diante de todos os episódios expostos no projeto, pode-se observar que a prática da professora não é uma das melhores. Sabendo que é um desafio muito grande que os professores enfrentam no processo de inclusão de estudantes com deficiência nos setores educacionais, dessa forma cabe a eles procurarem diferentes propostas de ensino, lecionar com perspectivas e olhares diferentes em seu ambiente de trabalho, sendo caracterizado como ser facilitador no desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem. Em alguns casos a docentes que se mostram resistentes em relação ao processo de mudança, provocando dessa forma um certo desconforto em seu ambiente de trabalho. Segundo Minetto (2008):

Quanto mais conhecemos determinado fato ou assunto, mais nos sentimos seguros diante dele. O novo gera insegurança e instabilidade, exigindo reorganização, mudança. É comum sermos resistentes ao que nos desestabiliza. Sem dúvida, as ideias inclusivas causaram muita desestabilidade e resistência (p.17).

Dessa forma, compete aos professores procurarem novas habilidades e posturas as quais concedam e lhes possibilitem compreender, intervir e problematizar nos diferentes acontecimentos que lhes acontece além disto, podem contribuir no processo de inclusão, fazendo e compreendendo as diversas mudanças significativas que possibilitará.

A formação continuada é uma dentre as diversas possibilidades que o docente pode participar que lhe oportuniza a repensar sua prática educativa e como também sua prática docente, com o objetivo de criar ou recriar espaços para conversas reflexivas no coletivo, envolvendo toda a equipe pedagógica e administrativa, com o intuito de atender aos conceitos de aceitação dos diferentes estudantes, enfatizando a valorização do outro, contribuindo na oferta de uma educação de qualidade a todos os estudantes. Segundo Mittler (2003) “[...] a inclusão implica que todos os professores têm o direito de esperar e de receber

preparação apropriada na formação inicial em educação e desenvolvimento profissional contínuo durante sua vida profissional” (p. 35).

Uma causa primordial para que se aconteça o desenvolvimento do processo de aprendizagem de estudantes com deficiência é a elaboração de diferentes atividades, dando destaque às múltiplas inteligências (Howard Gardner, 1983) que se encontram na sala de aula. Conforme Minetto (2008), para que essa aprendizagem flua será possível que:

O professor precisa organizar-se com antecedência, planejar com detalhes as atividades e registrar o que deu certo e depois rever de que modo as coisas poderiam ter sido melhores. É preciso olhar para o resultado alcançado e perceber o quanto “todos” os alunos estão se beneficiando das ações educativas (p. 101)

Dessa forma, os profissionais devem ficar atentos e proporcionando aos seus estudantes ações educativas, sempre atentas e respeitando as diferenças dos seus respectivos alunos, buscando praticar sua função de maneira justa, baseada no respeito mútuo, ignorando toda e qualquer forma de discriminação, objetivando o sucesso no processo de ensino aprendizagem de todos os estudantes.

Práticas pedagógicas nas considerações de Zabala (1998) são apontadas como uma ação profissional de caráter educativo, que engloba diferentes aspectos, como: planejamento, o papel do professor e do aluno, organização do conteúdo, organização social da sala, utilização dos espaços e tempos, recursos didáticos, uso de materiais e avaliação, e sequências didáticas.

ENTREVISTA

Na entrevista tinha um total de 6 questões abertas, com o intuito de compreender o que a professora pensa e faz para que ocorra o processo de ensino aprendizagem da criança com deficiência intelectual. A entrevista foi realizada em uma única sessão, em horário escolhido pela professora, a mesma foi enviada para a docente por meio das tecnologias digitais, não podendo ser realizada frente a frente, entrevistador- entrevistado, devido a atual situação que estávamos vivenciando no Brasil.

Para a análise das entrevistas, agrupamos as categorias sem que para isso a ordem numérica de organização fosse mantida, nos importou a semelhança entre elas para a coerência de ideias e da própria discussão.

PERGUNTAS	RESPOSTAS	CATEGORIAS
Como profissional da Educação, o que você	Possibilita aos estudantes que apresentam necessidades	1- Uso de diferentes estratégias



compreende como Educação Inclusiva?	especiais a fazerem parte da comunidade escolar.	
Em sua concepção, os estudantes com deficiência intelectual conseguem se desenvolver em termos de aprendizagens? Explique sua resposta.	Sim. Cada criança tem seu próprio ritmo de aprendizagem. Uma criança com necessidades especiais pode aprender de acordo com suas possibilidades intelectuais.	2- Aprendem de acordo com suas perspectivas intelectuais
No processo de ensino aprendizagem da criança com deficiência intelectual se faz necessário o uso de diferentes estratégias de ensino? Justifique melhor sua resposta	Sim. A criança com necessidades especiais, necessita de estratégias diferenciadas que auxiliem na sua aprendizagem de maneira mais eficaz.	3-Uso de diferentes metodologias para facilitar a aprendizagem
Em uma turma de Ensino Fundamental na qual um estudante com deficiência está matriculado, você acha que o mesmo atrapalha a qualidade de ensino ofertada? Explique em breves palavras.	Não. A aprendizagem da turma está relacionada ao ensino aprendizagem	4-aprendizagem da turma está centrada no professor-aluno, seguindo essa interação.
Como docente da Educação Básica você considera importante a oferta de cursos referentes a como trabalhar e lidar com os estudantes com deficiência em sala de aula? Por quê?	Sim. Quando temos conhecimento das limitações apresentadas pela criança com necessidades especiais, podemos formular estratégias que o ajudem a superar suas dificuldades.	5-Conhecer o estudante com deficiência.
Quais as práticas em sala de aula você considera ideais para promover a efetiva participação do estudante com deficiência nas atividades dentro e fora da sala?	A interação da criança com os demais colegas de turma. O respeito mútuo, pois é necessário respeitar para ser respeitado. Apresentar que todos temos direitos e deveres.	6-Relacionar-se e ter conhecimento dos seus direitos e deveres.

ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

CATEGORIAS 1 E 3 – Em ambas das categorias foi enfatizado o uso de diferentes estratégias e metodologias que pudessem facilitar aprendizagens dos estudantes, a professora foi questionada sobre sua compreensão a respeito da educação inclusiva, como também, a necessidade das diferentes estratégias de ensino, a mesma diz: “é necessário o uso de estratégias diferenciadas, assim como incluí-los na comunidade escolar”. Segundo Bordenave e Pereira (2002) destaca a importância do uso das estratégias de ensino por parte do docente, a fim de que o estudante desfrute dos diversos modos de interação e forme o conhecimento através de suas vivências individuais para assim interpretar seus conhecimentos prévios, informações e experiências. Nos episódios 2, 3 e 4 fica claro o uso de diferentes estratégias de ensino, porém há um contraste em relação a participação do estudante com deficiência, na fala da professora ela enfatiza as diversas metodologias a serem trabalhadas em sala de aula, mas a participação desse aluno é sempre uma das últimas, não havendo nenhuma intervenção construtiva nesse processo. Sabendo que o professor na sala de aula tem que estar preparado para acolher e atender a todos os estudantes, com relação a diversidade, dificuldades e comportamentos.

CATEGORIAS 2 E 4 – Nessas categorias foi ressaltado a interação professor – aluno e formas de aprender através de suas perspectivas intelectuais. A professora foi interrogada com a seguinte problemática: o estudante com deficiência atrapalha a qualidade do ensino na sala de aula, o mesmo consegue se desenvolver em termos de aprendizagens? Na resposta dada pela professora podemos perceber que, “o estudante com deficiência não atrapalha o ensino, pois, a aprendizagem está

relacionada ao ensino – aprendizagem, bem como o estudante consegue se desenvolver, por meio de suas possibilidades intelectuais”. O direito do estudante com deficiência e todos os outros alunos é um direito constitucional. A oferta de uma educação de qualidade para todos os cidadãos, provoca, no meio de tantos outros fatores, um desempenho da instituição escolar no que se fundamenta não apenas no acolhimento, contudo no reconhecimento de suas especificidades. Sendo um reconhecimento através do resgate das normas culturais, as quais estimulam a afinidade individual e coletiva, assim como o respeito e a empatia a ação de aprender e desenvolver. Levando em consideração que cada estudante tem consigo suas características próprias, que os tornam especiais e únicos, criando uma diversidade de gostos, ritmos de aprendizagem e interesses, o desejo das instituições e ao mesmo tempo um desafio para elas é trabalhar com toda essa diversidade na expectativa de formar uma nova concepção do processo de ensino aprendizagem. Mantoan (2003), acreditando no processo de desenvolvimento do estudante com deficiência, destaca alguns procedimentos, que podem auxiliar na aprendizagem desses alunos, dentre eles: colocar como eixo principal das instituições que toda criança é capaz de aprender; assegurar condições e tempo para assim toda a comunidade escolar sejam capazes de aprenderem por meio de suas especificidades.

CATEGORIAS 5 E 6 – As respectivas categorias abordam o conhecimento do aluno com deficiências e os seus referentes direitos e deveres. A docente foi indagada sobre a oferta de cursos preparatórios para trabalhar com estudantes com deficiência, e quais as práticas ideais para promover a participação do aluno com deficiência na sala de aula? Como resposta ela diz que “quando se tem conhecimento das limitações desse aluno, pode-se formular estratégias para superar suas dificuldades, a interação e o respeito são fundamentais para ser respeitado, e ter consciência de seus direitos e deveres”. Para Saviani (1991), o papel da instituição é expandir, a todos os estudantes, o conhecimento sistematizado e elaborado, essencial para que todos tenham a autonomia de ação, pela aquisição do conhecimento, com base no processo de ensino aprendizagem. Quando se questiona sobre a oferta de cursos para trabalhar com alunos com deficiência, a professora traz como resposta o conhecimento das limitações desse estudante. A resposta não condiz com a pergunta, pode-se pensar em diversas possibilidades que interferiram na pergunta, sendo uma delas, insegurança ao falar sobre o assunto, ou até mesmo falta de compreensão. Sabendo que a formação continuada é um essencial recurso em favor da educação, onde os profissionais da educação precisam se apropriar e buscar meios para assim fazer a diferença no setor inclusivo, visto que ela desempenha um papel fundamental na escola, uma visão extensa, crítica sobre o ambiente escolar e o da inclusão. A formação não deve se prender apenas em uma graduação, deve se basear em processos contínuos, que proporcione aos docentes as competências e conhecimentos necessários para que os profissionais da educação eduquem em termos de aprendizagens, com mais eficiência os seus estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Proporcionar a inclusão exige reflexão contínua em relação ao processo de ensino aprendizagem, requer uso de diferentes métodos de ensino, que consigam de fato ser potencializadoras de habilidades, que atendam as especificidades de cada um dos estudantes, com ou sem deficiência. E, para que isso aconteça, é fundamental modificar dados do currículo escolar, os materiais didáticos, o planejamento docente, formação contínua dos professores, as diferentes maneiras de avaliação, da estrutura física, do apoio de todos que fazem parte da equipe escolar, como também dos familiares.

Sabendo da grande importância que o setor educacional tem em se modificar para receber o estudante com deficiência, sendo em preparar excelentes profissionais, que consigam perpassar uma educação de qualidade, levando em consideração as suas especificidades e habilidades, acreditando que esses

estudantes, assim como os demais tem, capacidade para aprender e se desenvolver socialmente e academicamente.

Diante da pesquisa realizada é evidente que na fala da professora ela faz uso do termo “criança com necessidade especial” sabendo que o termo não é mais utilizado, pois, através da Lei Brasileira de Inclusão (2015) foi se oficializado o termo Pessoa com Deficiência. Enfatiza bastante nas respostas o uso de diferentes metodologias para facilitar a aprendizagem desses estudantes, mas dificilmente aconteceu em prática na sala de aula.

Referente às respostas dada pela docente, pode-se observar que a professora tem uma mente fechada sobre o processo de inclusão, fica meia apreensiva, não sente confiança em trabalhar com crianças com deficiência. Sabe-se que o professor tem a responsabilidade de fazer a diferença em sua sala de aula, em seus planejamentos, levando em questão a especificidade de cada estudante, desfrutar o máximo do seu setor, proporcionando aos alunos uma aula dinâmica, com diferentes estratégias de ensino, tornando o professor em um agente capacitado para perpassar o conhecimento desejado a todos os estudantes, dialogando com eles com o intuito de obter o ensino aprendizagem desejado.

O conhecimento adquirido pelas crianças com deficiência tem grande importância em seu desenvolvimento cognitivo, cultural e emocional. Dessa forma, fica a disposição do professor o uso de práticas e metodologias que possam lhe auxiliar a desenvolver suas potencialidades e habilidades para que possam acontecer o ensino aprendizagem de todos os alunos.

Pode-se concluir que o processo de ensino aprendizagem é um procedimento complexo, envolvendo a interação professor-aluno, sendo o professor o responsável pela inclusão dos estudantes, compete a ele esforçar-se e lutar juntamente de todo o corpo docente da instituição, por uma educação inclusiva e de qualidade para todos os estudantes, apesar de todos os obstáculos enfrentados pelos docentes, muitos fazem o que podem para transformar a realidade que se encontra no setor educacional que esses alunos estão inseridos, mesmo não tendo apoio, assistência necessária para isso.

Contudo, se faz fundamental mais investimentos nos âmbitos educacionais, como também nas formações continuadas, ofertadas aos professores, com o intuito dos mesmos adquirirem mais conhecimentos e mais confiança em sua prática.

Referências

A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar **A Escola Comum Inclusiva**. Ministério da Educação Secretaria de Educação Especial. Universidade Federal do Ceará. Seesp/ Seed/Mec (2010).

AAMR- American Association on Mental Retardation (2006). **Retardo mental: definição, classificação e sistemas de apoio**. (10 ed.). Porto Alegre: Artmed.

AMPUDIA, Ricardo. **O que é deficiência intelectual?** 01 de agosto de 2011. disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/271/o-que-e-deficiencia-intelectual>. Acesso em 24 de agosto de 2021

ALVES, F. C. Diário – **um contributo para o desenvolvimento profissional dos professores e estudo dos seus dilemas**. Instituto politécnico de Viseu. Disponível em www.ipv.pt/millennium/millennium29/30. Acesso em 04 de jul de 2020.

Aranha, M.S.F. (1995). **Integração social do deficiente: análise conceitual e metodológica**. Temas em Psicologia, 2. (2001). Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. Revista do Ministério Público do Trabalho, XI (21).

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977. 226p.

BORDENAVE, J.D.; PEREIRA, A. M. **Estratégias de ensino-aprendizagem** – Petrópolis, RJ: Vozes, 2002

Convenção Internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência intelectual, (2006).

CRESWELL, J. W. Projeto de Pesquisa: **Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre. Editora: Artmed. 2ª Edição. 2007.

DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. **Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa**. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41

FERNANDES, Fernanda. **Como se referir a pessoa com deficiência: a evolução dos termos ao longo do tempo**. 21 de setembro de 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FRIAS, E. M. A. (2008). **Inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais: contribuições ao professor do Ensino Regular**. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1462-8.pdf>. Acesso em: 11 de mai 2020.

GOMES, Adriana Leite Lima Verde; POULIN, Jean-Robert; FIGUEIREDO, Rita Vieira de. **Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**. O Atendimento Educacional Especializado para Alunos com Deficiência Intelectual. Ministério da Educação Secretaria de Educação Especial Universidade Federal do Ceará. Brasília 2010

Lei de Diretrizes e Base da Educação, Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Lei Brasileira de Inclusão. **Tudo o que você precisa saber** (2015). Disponível em:< <https://guiaderodas.com/lei-brasileira-de-inclusao-tudo-o-que-voce-precisa-saber>>. Acesso em 21 de mai de 2020.

MANTOAN, Maria Teresa Eglêr. **Caminhos pedagógicos da Educação Inclusiva**. In: GAIO, Roberta; MENEGHETTI, Rosa G.Krob (Org.).Caminhos Pedagógicos da educação especial. 2.ed. Petrópolis: Vozes 2006.

MEC/SEESP. **Portaria Ministerial** nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 19 jun 2019.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. **Verbete Declaração de Salamanca**. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em. Acesso em 24 ago 2021

MENDES, E.G; ALMEIDA, M. A; WILLIAMS, L. C. de. **Temas em educação especial**: avanços recentes. São Carlos: EdUFSCAR, 2004.

MINETTO, M. F. **O currículo na educação inclusiva**: entendendo esse desafio. 2ª ed. Curitiba: IBPEX, 2008.

MITTLER, P. **Educação Inclusiva**: Contextos Sociais. São Paulo: Artmed, 2003.

MORATO, Pedro; SANTOS, Sofia. **Acertando o passo**: falar de deficiência mental é um erro, deve-se falar de dificuldade intelectual e desenvolvimental (DID). Por que? Revista Brasileira de Educação Especial. Marília, v. 18, n. 1, p. 3-16, jan. /mar. 2012.

NÓVOA, António. **Concepções e práticas de formação contínua de professores**. In:TAVARES. José (Org.) Formação contínua de professores: realidades e perspectivas. Aveiro: Universidade de Aveiro 1991.

OLIVEIRA, Rosane de Machado. **A Importância da Formação Continuada dos Educadores no Contexto Educacional Inclusivo e a Influência da Mediação no Ensino Aprendizagem na Educação Especial**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 02, Ed. 01, Vol. 16. pp. 522-545, Março de 2017. ISSN:2448-0959

PAULA, Bianca Molinari. **A formação do professor para a educação especial**- um enfoque para a síndrome de down. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2013. XI Congresso Nacional de Educação EDUCERE.

Presidência da República Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: Acesso em 16 de junho de 2021 Presidência da República Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. DECRETO Nº 6.949, DE 25 DE AGOSTO DE 2009. Disponível em: Acesso em 21 de junho de 2021.

Presidência da República Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos DECRETO **Nº 7.611, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em 16 de junho de 2021

Presidência da República Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. LEI Nº **7.853, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989**. Disponível em Acesso em 12 de junho de 2021

RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**.

ROGALSKI, S. M. **Histórico do surgimento da educação especial**. Revista de Educação do Ideau. Rio Grande do Sul, v. 5, n. 12, p. 1-13, dezembro de 2010.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. São Paulo: Cortez, 1991.

SERRA, Dayne. **Inclusão e ambiente escolar**. Inclusão em educação: cultura, políticas e práticas/ Mônica Pereira dos Santos, Marcos Moreira Paulino (orgs.). São Paulo: Cortez, 2006.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 22a ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SNYDERS. **O professor é um profissional considerado com um prático reflexo**. Entrevista dada a Lourdes Stamato de Camilles, PUC/ SP, 1990.

TÉDDE, Samantha. **Crianças com deficiência intelectual: a aprendizagem e a inclusão**. 2012. 99f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro Universitário Salesiano de São Paulo. Americana, 2012: Acesso em: 18 de abril. 2019.

VERNAGA, Sylvia C. **Projetos e relatórios em administração**. 10 ED. São Paulo: Atlas, 2009.

VYGOTSKY, L. S. (1989). **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. Tradução: Maria da Penha Vilalobos. 5. ed, São Paulo. Ícone: editora Universidade de São Paulo.

ZEBALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Tradução de Ernani F. Da F. Rosa. Porto Alegre: Artmed, 1998.

NOTA:

As autoras foram responsáveis pela concepção do artigo, pela análise e interpretação dos dados, pela redação e revisão crítica do conteúdo do manuscrito e, ainda, pela aprovação da versão final publicada.

RECEBIDO: 06/03/2022

RECEIVED: 06/03/2022

RECIBIDO: 06/03/2022

APROVADO: 27/06/2022

APPROVED: 27/06/2022

APROBADO: 27/06/2022

The teaching-learning process of children with intellectual disabilities in a Rural Municipal School in São Bento do Una – PE

Intellectual disability has always provoked debates in institutions about the possibilities and efficiency of the teaching-learning process. Following this line of reasoning, the interest arose in researching the challenges and possibilities in the teaching-learning process of a child with intellectual disabilities in a Rural Municipal School in the Municipality of São Bento do Una. The methodology used for the elaboration of this research is qualitative and field, the instruments used were the logbook and the structured interview, with the content analysis and the interpretative one. The research subjects were a teacher and a child with intellectual disabilities. The objective was to analyze the teaching-learning process of a child with intellectual disabilities;. However, it is essential to invest more in educational areas, as well as in continuing education offered to teachers, in order for them to acquire more knowledge and more confidence in their practice.

Keywords: Teaching-Learning; Intellectual Disability; Pedagogical practices.

El proceso de enseñanza-aprendizaje de niños con discapacidad intelectual en una Escuela Rural Municipal de São Bento do Una – PE

La discapacidad intelectual siempre ha suscitado debates en las instituciones acerca de las posibilidades y eficiencia del proceso de enseñanza-aprendizaje. Siguiendo esta línea de razonamiento, surgió el interés de investigar los desafíos y posibilidades en el proceso de enseñanza-aprendizaje de un niño con discapacidad intelectual en una Escuela Municipal Rural del Municipio de São Bento do Una. La metodología utilizada para la elaboración de esta investigación es cualitativa y de campo, los instrumentos utilizados fueron la bitácora y la entrevista estructurada, con el análisis de contenido y el interpretativo. Los sujetos de la investigación fueron una docente y un niño con discapacidad intelectual. El objetivo fue analizar el proceso de enseñanza-aprendizaje de un niño con discapacidad intelectual. Sin embargo, es fundamental invertir más en áreas educativas, así como en la formación continua que se ofrece a los docentes, para que adquieran más conocimientos y más confianza en su práctica.

Palabras clave: Enseñanza-Aprendizaje; Discapacidad intelectual; Prácticas pedagógicas.